

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

9º Boletim de Acompanhamento

7 de agosto de 2020

Nesta semana será divulgado o nono boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

Das Audiências

No dia 4 de agosto, a Comissão Mista realizou audiência pública para discutir aspectos relacionados à Educação no contexto da pandemia de Covid-19. Foram convidados os Senhores Lucas Fernandes Hoogerbrugge, Gerente de Estratégia Política do Movimento “Todos pela Educação”; Francisco Herbert Lima Vasconcelos, Secretário de Educação de Sobral -CE; Professora Dorinha Seabra Rezende, Relatora da Comissão Especial do Fundeb na Câmara dos Deputados; Ilona Maria Lustosa Becskeházy, Secretária de Educação Básica – SEB/MEC.

O primeiro a fazer sua apresentação foi o Senhor Lucas Fernandes Hoogerbrugge. O representante do “Todos pela Educação” iniciou sua fala fazendo referência à falta de insumos e repertório técnico para que os gestores da área de educação adotem as medidas necessárias durante esse período de enfrentamento da pandemia. Ponderou que na Educação a questão fiscal é bem severa e que durante sua exposição iria abordar um estudo feito sobre o tema. Considerou que há estados com excelente organização e que conseguem oferecer tudo que é possível, como ensino remoto com pacote de dados, envio de material para a casa dos alunos, elaboração de avaliações diagnósticas para o retorno, preparo na formação dos professores para acolhimento dos estudantes no momento de volta às aulas presenciais. Contudo, também há situações de redes que não sabem como lidar com os problemas decorrentes da pandemia, pois não estavam prontas para essa situação. O Senhor Lucas mencionou que há gestores municipais bem engajados, mas outros sem qualquer preparo técnico mesmo para situações normais. Ademais, demonstrou preocupação quanto ao déficit de aprendizado que será encontrado no pós-pandemia. Estimou que as desigualdades se tornarão mais relevantes ainda nesse momento. Com relação à questão fiscal, o representante do “Todos pela Educação” relatou um estudo feito com o Conselho Nacional de Secretários de Educação. Esse trabalho demonstra um déficit nos estados de 9 a 28 bilhões apenas de recursos vinculados à manutenção do desenvolvimento do ensino em 2020. Já nos municípios, o estudo com a Frente Nacional de Prefeitos mostrou um déficit de 15 a 30 bilhões. Tudo isso devido à retração da atividade econômica com queda de receita de estados e municípios. No cômputo geral, seria uma possível redução entre 24 e 58 bilhões de reais relativas a receitas vinculadas à manutenção do desenvolvimento do ensino. Considerou que

essa redução acontece em um cenário em que as despesas para o enfrentamento da pandemia estão aumentando. Estados e municípios estão precisando adotar ações emergenciais ligadas à segurança alimentar, ensino remoto, comunicação com a família, formação dos professores e com a retomada das aulas presenciais. Além dos equipamentos de proteção individual, será necessário reduzir o número de alunos por turma para manter o distanciamento social. Ou seja, para que seja possível oferecer todo o currículo, será necessário aumentar o número de turmas o que representa gasto adicional.

O Senhor Lucas Fernandes também mencionou a importância da aprovação urgente do Fundeb no Senado Federal o que será fundamental para a fase pós-pandemia. Abordou também o fato de não existir vinculação com a educação no auxílio aprovado para estados e municípios, apesar de considerar legítimo o emprego desses recursos na Saúde. O Representante do “Todos pela Educação” também ponderou sobre a importância de um papel mais forte do Ministério da Educação e dos estados para coordenação das medidas de enfrentamento no âmbito dos municípios. No âmbito da atuação legislativa, considerou a necessidade de aprovação de auxílio emergencial para a educação e outras ações relacionadas à promoção da conectividade. Ao final da sua fala também discorreu sobre a importância da discussão sobre o Sistema Nacional de Educação. Nesse contexto, fez referência ao mérito do Projeto de Lei Complementar nº25, de 2019, de autoria da Deputada Professora Dorinha, que tem como objetivo justamente instituir o Sistema Nacional de Educação, fixando normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas políticas, programas e ações educacionais.

A segunda convidada a fazer sua exposição foi a Senhora Ilona Maria Lustosa Becskeházy, Secretária de Educação Básica. Iniciou sua fala mencionando a existência de um descaso histórico com a Educação e que há uma paralisia que não mudou, mesmo considerando todo um período de 20 anos. Isso porque no ano de 2000, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) já tinha demonstrado que os alunos brasileiros de 15 anos não sabiam ler. Nesse contexto, a convidada fez referência à sua tese de doutorado sobre estratégias abordadas pelo município de Sobral (CE) que foram capazes de vencer a pobreza de sua população e fornecer desde o ano de 2000 uma educação de qualidade. Ressaltou que o Fundamental 1 do município pode ser equiparado ao que é ofertado em países desenvolvidos. Daí a importância de que seja reconhecido o que foi feito em Sobral e que não foi feito no restante do país. A Senhora Ilona ponderou que aqueles municípios que estavam melhor preparados mesmo antes da pandemia sairão menos afetados após passada essa fase. Lamenta que como não foram feitos investimentos sólidos na base curricular como Sobral fez, já a partir da alfabetização, a maioria das redes apresentam dificuldades para que os investimentos sejam feitos de forma adequada. A Secretária de Educação Básica mencionou também os componentes essenciais de uma adequadapolítica de Educação Pública: objetivos de aprendizagem claros e ambiciosos, material de ensino apropriado para ensinar esses conteúdos, avaliação formativa em sala de aula alinhada com as avaliações internacionais, capacidade pedagógica dos professores, apropriada atuação das famílias no apoio às escolas auxiliando nas tarefas de casa e garantindo a presença das crianças nas escolas. Justamente por falha nesses diversos aspectos, a sociedade está sofrendo mais ainda os impactos negativos no desenvolvimento dos alunos durante a pandemia. Ao final de sua fala, demonstrou preocupação quanto à utilização adequada dos recursos diante de fragilidades na capacidade técnica e de gestão em estados e municípios.

A terceira apresentação foi feita pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Inicialmente, expôs a importância da construção do novo Fundeb. O atual deixa de existir em dezembro deste ano o que traria um impacto bem nocivo para a Educação caso não fosse aprovado o novo Fundeb em tempo hábil. São 27 fundos

que recebem dos entes federados 20% de alguns impostos e das transferências constitucionais. De acordo com o número de alunos atendidos, esse recurso retorna para os entes federados. Desses valores, no atual Fundeb, a União coloca apenas 10%. Já no novo Fundeb, a União contribuirá com 23% de maneira gradativa até 2026, que é o ano da revisão do teto de gastos. Desses 23%, obrigatoriamente 5% será para a Educação Infantil, que hoje é a modalidade que tem a menor cobertura e está a cargo dos municípios. Atualmente, a cada 100 crianças na faixa de 0 a 3 anos, só 36 conseguem atendimento. Ou seja, 64 crianças ficam sem vaga. A Deputada ressaltou que no novo modelo do Fundeb, os municípios não serão mais prejudicados pelo fato de um determinado estado ter mais recursos que outros. Já no primeiro ano, municípios que nunca receberam complementação passarão a receber dinheiro da União. Existem também os casos de municípios ricos que ficam em estados pobres, e mesmo assim recebem complementação. Essa distorção será corrigida com base em um indicador socioeconômico que vai impedir a continuidade dessas desigualdades. Outro aspecto mencionado é que 70% dos recursos extras poderão pagar salários dos profissionais da educação, e pelo menos 15% deverá ser utilizado em investimentos nas escolas.

O último convidado a fazer sua exposição foi o Senhor Francisco Herbert Lima Vasconcelos, Secretário de Educação de Sobral (CE), que abordou a política pública educacional aplicada no município há 24 anos. Primeiramente, ressaltou a importância do fortalecimento da gestão escolar. Com esse objetivo, Sobral, há mais de duas décadas, optou pelo modelo de ingresso dos seus gestores públicos, diretores e coordenadores escolares não por indicação política e sim por critérios de natureza técnica. Ao longo dos anos então, Sobral conseguiu qualificar seu quadro de gestores com base em critérios de titulação acadêmica, experiência pedagógica e capacidade de lidar com situações no campo da gestão pública. Tal medida impactou de forma significativa no aprendizado dos alunos. Outro aspecto importante é que Sobral vem há mais de 20 anos investindo em formação continuada de professores e desenvolvimento de materiais didáticos complementares. Sobral tem há quase 15 anos uma escola de formação continuada de professores. Essa escola qualifica os professores a partir de uma realidade da própria rede e não a partir de princípios acadêmicos. Estudam práticas bem sucedidas desenvolvidas no contexto de sua rede. O Senhor Francisco Herbert também abordou a importância da valorização dos profissionais do magistério. Há quase duas décadas, a Câmara Municipal de Sobral, por meio de leis municipais, apresenta dentro do programa de valorização do magistério princípios meritocráticos integrados a uma política de avaliação e acompanhamento cognitivo dos estudantes. Então a partir de um programa de avaliação continuada do desenvolvimento das crianças por meio de um sistema de avaliação externa feito pelos municípios, os professores recebem diversos tipos de incentivos. Essa avaliação gera premiações e bonificações para os profissionais do magistério. Além disso, no contexto da educação infantil, o Secretário de Educação de Sobral mencionou que o município tem tido um planejamento que busca a eficiência. Relatou que há quase 4 anos o município conseguiu universalizar o atendimento na faixa de 4 a 5 anos, sendo que a maioria do país consegue atender cerca de 80 a 90% da demanda. Ao final de sua fala, relatou que graças ao Fundeb, a rede pública municipal de educação de Sobral tem ampliado a oferta da educação em tempo integral com formação também no campo social, afetivo e emocional. Por isso foi criado um profissional dentro da carreira do Magistério que é o Coordenador das competências socioemocionais. O Senhor Francisco Herbert também falou que acredita que Sobral é a primeira rede pública de educação no país a ter um psicólogo em cada unidade escolar do ensino fundamental 2 e que pretende, inclusive, expandir essa oferta para o ensino fundamental 1 e para a educação infantil. Assim, poderá ser desenvolvido nas crianças um eixo importante que envolve as mencionadas competências socioemocionais.

No dia 6 de agosto foi realizada audiência pública para debater as medidas de proteção adotadas pelo Governo Federal aos povos indígenas durante a pandemia. Foram convidados os Senhores Mário José das Neves, Diretor do Departamento de Programas das Áreas Social e Especial da Secretaria de Orçamento Federal (SOF); Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena; João Rosa, Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Justiça. Participaram também suas assessorias.

O primeiro a fazer sua apresentação foi o Senhor Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena. Iniciou sua fala mencionando que desde o primeiro momento houve um plano de contingência para atender as populações indígenas. O convidado relatou que no país existe uma população de 755 mil indígenas. Entretanto, esse número pode sofrer variações, pois muitas pessoas que estavam na cidade, com a pandemia, voltaram para as aldeias. Ou seja, muitas comunidades não vivem mais isoladas e durante esse trânsito a contaminação pelo coronavírus pode ocorrer. O Senhor Robson mencionou que são 34 distritos e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) mantém 1.199 unidades básicas de saúde e 800 equipes multidisciplinares. A SESAI atua dentro dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas que possuem Postos de Saúde situados dentro das aldeias indígenas em terras homologadas. Ressaltou que a SESAI não tem estrutura fora das terras indígenas. Os Distritos possuem uma rede que presta serviços de atenção básica de forma articulada com a rede de serviços do Sistema Único de Saúde para garantir a assistência de média e alta complexidade. Assim, se a SESAI passar a atender fora de sua área, o sistema tende a implodir. Mencionou que até o momento não passou por nenhuma restrição orçamentária. Relatou também que existem vagas para médicos, vagas para enfermeiros, vagas para técnicos de enfermagem, mas não há profissionais para ocuparem esses postos de trabalho. Isso mesmo com a oferta de um salário duas vezes maior que a média. Há uma grande carência de profissionais da saúde. Outro aspecto abordado foi a atuação constante da SESAI na coordenação do enfrentamento da pandemia. O Senhor Robson mencionou que desde o dia 28 de janeiro de 2020, a SESAI vem emitindo portarias, informes técnicos, relatórios, recomendações, protocolos de manejos clínicos, boletins epidemiológicos, protocolos para ações das equipes multidisciplinares de Saúde Indígena, além de Plano de Contingência Nacional e Distritais para Infecção Humana pelo coronavírus em povos indígenas. Além disso, relatou que até o momento da apresentação foram 287 óbitos. O convidado enfatizou também que a SESAI não computa indígenas nas cidades. Isso porque se o indivíduo estiver fora da aldeia indígena, dependerá de autodeclaração. Enfatizou também que não há subnotificação dos casos. Todo falecimento, todo caso confirmado é informado à Prefeitura que alimenta o sistema do SUS. Ademais, ponderou que se a SESAI tiver que expandir o atendimento para fora das aldeias todo o atendimento ficará comprometido. Toda a estrutura da SESAI está dentro das aldeias e não há hospitais.

O Senhor Robson também ponderou que houve grande mudança nos hábitos alimentares dos indígenas. Tal fato se relaciona com o aumento da prevalência de doenças como diabetes e problemas cardíacos. O convidado também mencionou diversas ações para o enfrentamento da Covid-19: manutenção das ações das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena; estruturação do Comitê de Crise Nacional, Central e Distritais; elaboração de estratégias de educação, comunicação e informação; disponibilização de recursos para que os Distritos Sanitários realizem compras de insumos, equipamentos, testes e EPIs, com divulgação no portal SESAI/Transparência; interlocução com estados e municípios para aprimoramento e aumento da agilidade na prestação de atendimento de média e alta complexidade; autorização de contratação extra de horas de voo e UTI aérea; ações de vigilância alimentar em parceria com outros órgãos; criação de Equipes de Resposta Rápida;

antecipação da vacinação para influenza com cobertura superior a 92%; entre outras medidas.

O Secretário Especial de Saúde Indígena também relatou que recebeu uma grande quantidade de pedidos de informação do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União quanto à contratação de pessoal, compra de insumos. Nesse contexto, ponderou que não tem como agir à margem da governança e usurpar as leis existentes, por isso a falta de agilidade na execução orçamentária.

Com relação à decisão recente do Supremo Tribunal Federal que determina que a SESAI crie ambientes protetores para as comunidades indígenas aldeadas, o Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão Mista, fez um questionamento sobre como será o cumprimento pela Secretaria. O Senhor Robson Santos da Silva ponderou que necessitará do apoio de outros órgãos como a FUNAI. Mencionou que a SESAI vai liberar mais materiais de proteção, aumentar a quantidade de profissionais, pois cerca de 10% dos profissionais da SESAI estão afastados por serem do grupo de risco. Ponderou que está tendo reestruturação do plano de trabalho, mas dando continuidade ao que já estava sendo realizado. Essa reestruturação tem a participação do Gabinete de Segurança Institucional e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O segundo convidado a falar foi o Senhor João Rosa, Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Justiça. Relatou que a FUNAI atua com cerca de 900 mil indígenas com 305 etnias e 274 línguas diferentes. Essa população ocupa uma área de 13% do território nacional. O Senhor João Rosa ponderou que atuam não apenas com os indígenas aldeados, mas também os indígenas citadinos. Relatou que atuam em parceria com a SESAI e que quando o indígena está fora da área de atuação da SESAI, a FUNAI faz a sua intervenção. Por exemplo, quando necessita de atendimento de alta complexidade. A FUNAI também é responsável pela disseminação de informações relacionadas à Covid-19 e protocolos a serem seguidos conforme orientações das autoridades sanitárias. Outra grande especialidade da Funai é o diálogo junto aos indígenas. O Senhor João Rosa também mencionou que a Lei de criação da Funai não especifica competência para fornecimento de cestas básicas. A FUNAI cuida apenas da logística, faz a operacionalização da distribuição das cestas. Um dos papéis da FUNAI no âmbito da segurança alimentar é criar condições para que os indígenas permaneçam em suas aldeias para manter o isolamento social. É necessário que os indígenas tenham alimentação mínima necessária para que não precisem se deslocar. Até hoje, desde o começo da pandemia, foram distribuídas 383 mil cestas básicas. Mencionou também que distribuíram 61 mil itens de limpeza. O Senhor João Rosa falou dos cuidados que estão seguindo de acordo com orientações da SESAI, como a higienização das cestas nas entregas e utilização dos EPIs necessários pelos servidores. Ressaltou a importância da atuação do Exército Brasileiro atuando na logística de entrega de cestas básicas. A FUNAI também tem atuado no fomento da agricultura familiar e distribuição de artigos de pesca para que os indígenas consigam seu próprio alimento na terra indígena. O convidado relatou que houve um investimento na produção comunitária de EPIs, como máscaras. Sobre as barreiras de contenção, a Funai tem atuado nessa questão desde março e abril. São postos de controle de acesso. Essas barreiras não têm profissionais de saúde para avaliação clínica das pessoas que estão entrando ou saindo das comunidades, pois não são barreiras sanitárias. No momento são 260 barreiras de contenção instaladas que orientam e conscientizam as comunidades. O Senhor João Rosa também mencionou que foi instalada uma central de atendimento para recebimento de dúvidas e reclamações relacionadas à Covid-19. Atualmente, com o Whatsapp, a maioria dos indígenas tem se comunicado com a Funai por esse aplicativo.

Sobre ingresso em terras indígenas, em março, a FUNAI publicou a Portaria nº419 que suspende as autorizações de ingresso em terras indígenas e define as atividades essenciais permitidas.

Com relação ao auxílio-emergencial, a FUNAI também emitiu várias orientações. Atualmente, em torno de 120.000 indígenas recebem. São mais de 300 milhões de reais disponibilizados aos indígenas por meio desse auxílio. Sobre o Orçamento da Funai, o Senhor João Rosa mencionou que a FUNAI tem um total de recursos disponíveis de 35 milhões e utilizou até o momento 23 milhões. Assim, há ainda 12 milhões de recursos disponíveis.

A terceira apresentação foi feita pelo Senhor Mário José das Neves, Diretor do Departamento de Programas das Áreas Social e Especial da Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Iniciou sua fala explicando que a SOF integra a Secretaria Especial de Fazenda que compõe com outras Secretarias Especiais o Ministério da Economia. Cabe à SOF subsidiar os executores de políticas públicas de forma que não tenham problemas de ordem orçamentária e que executem suas políticas da melhor forma possível. Nesse sentido, ponderou que os convidados relataram a inexistência de dificuldades no âmbito orçamentário. Há inclusive saldo de recursos não executados. Ponderou que é um ano atípico e nenhum recurso de qualquer Pasta sofre qualquer tipo de contingenciamento. Os recursos estão sendo liberados. No painel do Orçamento Federal é possível constatar que já foram liberados em Medidas Provisórias cerca de 510 bilhões de reais para enfrentamento da Covid-19. Ao final de sua exposição apontou que apenas para o Ministério da Saúde já foram liberados quase 40 bilhões de reais. São recursos que atendem a todos os cidadãos brasileiros, incluídos aí os indígenas.

1. Sub Relatoria SISTEMA FINANCEIRO E DE CRÉDITO

1.1. Comentários da semana

Encontra-se em tramitação a Medida Provisória nº 992, de 2020, que dispõe sobre financiamento às microempresas e empresas de pequeno porte, crédito presumido e compartilhamento de alienação fiduciária. Essa medida criou o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). Tem potencial de conceder empréstimos de até 120 bilhões de reais para empresas com faturamento de até 300 milhões ao ano.

O Senador Esperidião Amin propôs emendas à MPV que buscam priorizar empréstimos aos microempreendedores, microempresas e pequenas empresas. Propõe que o limite de recursos do CGPE que deve ser emprestado por meio dos programas de crédito seja de 30% e não de até 30%. Ainda, propõe que 30% dos recursos direcionados para os programas de crédito já existentes beneficiem microempreendedores individuais, microempresas e pequenas empresas.

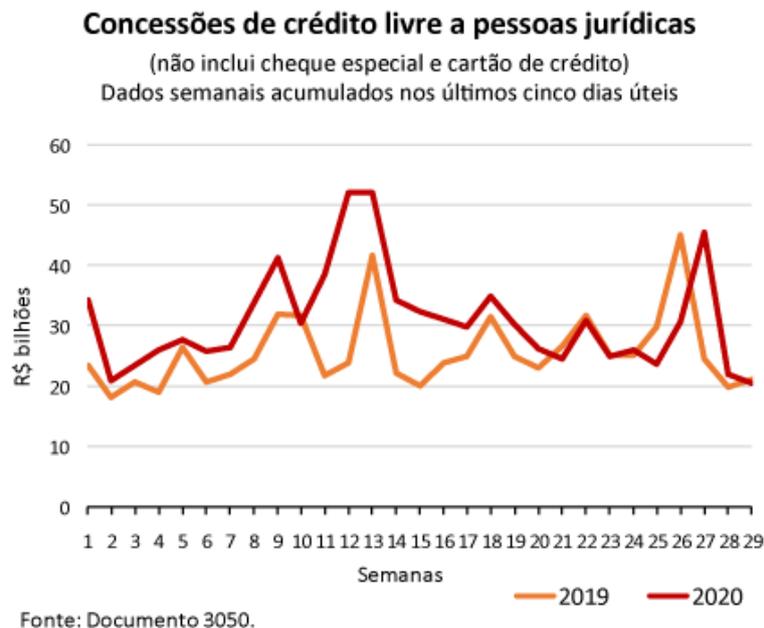
No momento o Senador, Sub-Relator da área, está fazendo diligências junto ao Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil para verificar a execução do Programa. É de suma importância que o CGPE tenha a maior e mais célere efetividade possível para ajudar a destravar o crédito para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

1.2 Concessão de Crédito Livre Pessoa Física e Pessoa Jurídica

De acordo com o BC, a concessão de crédito livre a pessoas jurídicas em 2020 manteve-se em patamares superiores ao observado no mesmo período de 2019. Assim, até a 29ª semana de 2020, ou seja, da primeira semana útil de 2020 até a semana de 13 de julho a 17 de julho, foram liberados R\$ 898,8 bilhões. Ao passo que, até a 29ª semana de 2019, foram liberados R\$ 744,5 bilhões, o que corresponde a um aumento de 20,7%. Para as pessoas físicas, até a 29ª semana de 2020, foram liberados R\$ 400,7 bilhões, ante R\$ 367,3 bilhões para o mesmo período de 2019. Um aumento de 9,1%¹.

Ao todo, o crédito livre para as pessoas físicas e jurídicas até a 29ª semana de 2020 alcançou R\$ 1.299,5 bilhão, ante R\$ 1.111,7 bilhão em 2019. Um aumento de 16,9%.

Estes números sugerem que as políticas implementadas pelo Banco Central têm surtido efeito positivo sobre mercado de crédito. Em momentos de crise, o crédito tende a se contrair, prejudicando as empresas que procuram recursos para continuarem suas operações. O crescimento do crédito neste período de crise demonstra que as medidas adotadas até o momento conseguiram destravar o mercado de crédito, não obstante às dificuldades, ainda, enfrentadas pelas micro e pequenas empresas e microempreendedores.



¹ Atualizado até 05 de agosto de 2020. (www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19).

CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS JURÍDICAS

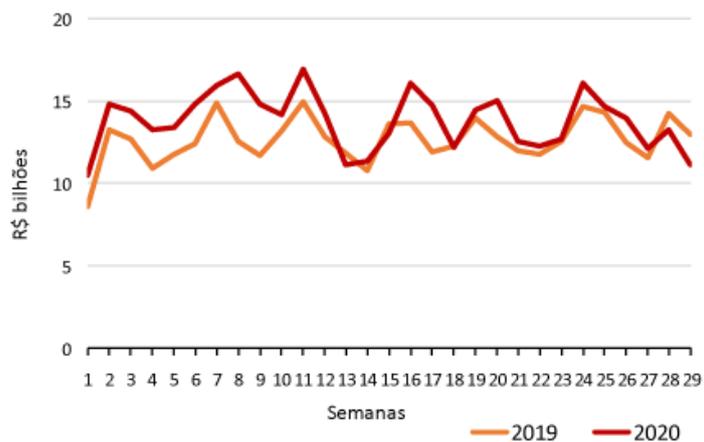
R\$ bilhões

Semana	2019	2020
1	23,4	34,2
2	18,1	20,9
3	20,6	23,4
4	18,9	26,0
5	26,4	27,5
6	20,7	25,7
7	21,9	26,4
8	24,5	33,8
9	32,0	41,2
10	31,8	30,4
11	21,8	38,4
12	23,9	52,0
13	41,6	52,1
14	22,2	34,2
15	20,1	32,3
16	23,9	31,0
17	24,9	29,8
18	31,5	34,8
19	24,8	30,1
20	23,0	26,3
21	26,6	24,4
22	31,6	30,8
23	25,0	24,9
24	25,0	26,0
25	29,7	23,6
26	45,1	30,6
27	24,5	45,5
28	19,7	21,9
29	21,1	20,5

Concessões de crédito livre a pessoas físicas

(não inclui cheque especial e cartão de crédito)

Dados semanais acumulados nos últimos cinco dias úteis



Fonte: Documento 3050.

CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS FÍSICAS

R\$ bilhões

Semana	2019	2020
1	8,6	10,5
2	13,3	14,8
3	12,7	14,4
4	10,9	13,2
5	11,8	13,4
6	12,4	14,8
7	14,9	15,9
8	12,6	16,6
9	11,7	14,8
10	13,2	14,2
11	15,0	16,9
12	12,8	14,3
13	11,9	11,1
14	10,8	11,4
15	13,6	13,0
16	13,7	16,1
17	11,9	14,7
18	12,3	12,2
19	14,0	14,5
20	12,8	15,0
21	12,0	12,5
22	11,7	12,2
23	12,5	12,7
24	14,7	16,1
25	14,3	14,7
26	12,5	14,0
27	11,6	12,1
28	14,2	13,3
29	13,0	11,1

1.2.1. Contratações por Porte de Empresas e de Instituições Financeiras

O quadro abaixo mostra que as novas concessões têm sido ofertadas por todos os tipos de instituições, desde o segmento S1 (grandes bancos) até S4/S5 (pequenas instituições, incluindo cooperativas de crédito), e que o crédito tem chegado às empresas de todos os portes, bem como às pessoas físicas.

Dados acumulados de 16/03 a 17/07/2020

Conglomerados	Novas contratações				Renovações				Prorrogações à luz das novas normas		
	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Corporate	Middle	MPE	PF (1)	Contratos	Valor das Operações	Valor Parcelas
S1	269.875	55.800	69.101	173.638	89.917	35.851	34.769	101.902	10.990.319	545.840	71.546
S2	46.958	7.794	1.524	18.891	4.689	460	94	212	1.136.637	153.123	11.029
S3	45.443	15.502	3.609	25.539	12.637	2.505	1.239	6.569	221.290	22.292	7.279
S4	11.675	9.278	2.037	6.941	1.913	3.318	217	3.548	160.459	11.998	3.919
Cooperativas	2.125	12.766	16.530	27.296	647	2.308	2.491	3.360	785.358	30.102	5.310
Totais	376.077	101.141	92.801	252.306	109.803	44.442	38.810	115.591	13.294.063	763.355	99.083

(1) PF refere-se aos produtos: Consignado, Veículos, Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal e Crédito Rural.

1.3 Concessão de Crédito dos Programas Emergenciais.

O Portal do Empreendedor do Governo (apresenta o quanto foi emprestado nos diversos programas emergenciais para prover crédito subsidiado durante a pandemia. <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/credito>).

BNDES/FGI (até 05/08)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
10.402.579.850,13	8.192

FAMPE/SEBRAE (até 31/07)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
1.921.351.473,16	24.754

Ao contrário dos programas do BNDES e do Fampe, o Programa Nacional de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Pronampe) e o Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (PESE) são programas de crédito com recursos adicionais do Tesouro Nacional. Os programas são precipuamente direcionados para micros e pequenas empresas ou empresas de médio porte de até R\$ 10 milhões, como é o caso do PESE, ou de até R\$ 300 milhões, como é o caso do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) do BNDES FGI.

PRONAMPE/FGO (até 02/08)

Valor Contratado (R\$)	Quantidade de Contratos
18.695.396.030,13	217.810

PESE (até 05/08)

Faixa de número de empregados	Número de Empresas	Número de Empregados	Valor Financiado (R\$)
de 0 a 9	50.283	272.734	640.731.933,87
de 10 a 29	46.355	769.991	1.802.936.376,29
de 30 a 59	12.272	494.676	1.129.137.180,72
de 60 a 99	3.178	237.462	517.551.315,22
acima de 100	1.295	207.670	438.482.252,31
Total Geral	113.383	1.982.533	4.528.839.058,41

* Posição de 30/06/2020.

Informações detalhadas podem ser obtidas em <https://www.bcb.gov.br/app/pese/>.

PEAC - BNDES FGI (até 05/08)

O portal do empreendedor divulgou os valores contratados para o BNDES/FGI até 05/08: **R\$ 10.402.579.850,13**.

O BNDES enviou à Comissão as ações emergenciais com os potenciais previstos e os valores realizados até 03/08 que seguem abaixo. **Algumas ações como o das cadeias produtivas ainda não têm nenhum recurso emprestado.**

Classificação: Otimista - Restrição de acesso: Não há - Unidades Gestoras: AP/DEPLAN e AGOV/DEALEG

Acompanhamento das ações emergenciais // [Resumo geral do desempenho](#) 

Bloco	Ação	Potencial Inicial (R\$ Milhões)	Potencial Revisado (R\$ Milhões)	Realizado (Aprovado) (R\$ Milhões)	% (Realizado / Potencial)	Clientes	Agentes Financeiros	Empregados nas empresas apoiadas 3	Lançado em	Previsto até
MPME e Pessoas Físicas	Capital de Giro para MPME 5	5.000	10.000	6.072	121%	18.472	30	452.156	23/mar	30/set
	Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE 1	40.000	8.500	4.611	54%	114.013	10	1.941.399	20/abr	30/jun
	FGI Emergencial - PEAC - Programa Emergencial de Acesso ao Crédito 6	20.000	20.000	3.986	20%	2.718	0	N/D	30/jun	31/dez
	Standstill para operações indiretas automáticas	8.100	3.500	3.133	90%	28.416	47	1.816.202	31/mar	21/set
	Transferência PIS/PASEP para FGTS	20.000	20.000	20.000	100%	N/A	N/A	N/A	31/mai	31/mai
Setor de Saúde	Programa Emergencial para o Setor de Saúde	2.000	1.000	293	29%	11	N/A	N/A	13/abr	30/set
	Matchfunding Salvando Vidas	100	100	35	35%	N/A	N/A	N/A	30/abr	31/jul
	Crédito Direto Emergencial Saúde	2.000	2.000	0	0%	0	N/A	N/D	11/jun	30/set
Grandes Empresas	Standstill para operações indiretas não-automáticas	2.500	1.290	1.263	98%	62	N/D	68.781	07/abr	30/jun
	Standstill para operações diretas - setor privado	18.900	9.150	7.833	86%	430	N/A	438.152	29/mar	30/jun
	CDE - Crédito Direto Emergencial (exceto saúde)	3.000	3.000	0	0%	0	N/A	N/D	11/jun	30/set
	CCP - Crédito Cadeias Produtivas	2.000	2.000	0	0%	0	N/A	N/D	11/jun	30/set
	Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro	3.000	3.000	0	0%	0	N/A	N/D	04/jun	30/set
Setor Público	Standstill para setor público 4	4.500	3.900	3.300	85%	56	N/A	N/A	17/jun	31/dez
	Saldo a Liberar - Estados	500	455	100	22%	4	N/A	N/A	17/jun	31/dez
Total		131.600	87.895	50.625	58%	164.122		4.716.690		

De acordo com o Portal do Empreendedor, até 05/08, os programas emergenciais emprestaram R\$ 37,8 bilhões, com 382 mil contratos efetivados.

2. Sub Relatoria Ministério da Saúde

2.1 Dados atualizados

DADOS CONSOLIDADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

Síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade					
	Casos	Óbitos	Incidência/100 mil Hab.	Mortalidade /100 mil Hab.	Atualização
Brasil	2.912.212	98.493	1385,8	46,9	6/08 18h30
Sul	264.740	5.812	883,2	19,4	6/08 18h30
Sudeste	1.004.105	44.360	1.136,2	50,2	6/08 18h30
Norte	434.067	12.205	2.355,1	66,2	6/08 18h30
Nordeste	922.461	30.145	1.616,3	52,8	6/08 18h30
Centro-Oeste	286.839	5.971	1.760,1	36,6	6/08 18h30

INFORMAÇÕES DIVULGADAS PELA IMPRENSA

Progressão até 4 de agosto

No total, 9 estados apresentaram alta de mortes: PR, RS, SC, MG, MS, AC, TO, BA e RN.

Em relação a segunda-feira (3), **MG, BA e RN apresentaram alta de mortes.**

Estados

- **Subindo:** PR, RS, SC, MG, MS, AC, TO, BA e RN.
- **Em estabilidade, ou seja, o número de mortes não caiu nem subiu significativamente:** RJ, SP, DF, GO, MT, RR, PI e SE.
- **Em queda:** ES, AM, AP, PA, RO, AL, CE, MA, PB e PE.

2.1.1 Cenário de 30 de julho a 5 de agosto de 2020

Brasil registrou 2.859.073 casos acumulados e 97.256 óbitos por Covid-19, até 5 de agosto de 2020, conforme divulgação do Portal <https://covid.saude.gov.br/>.

O diretor de emergências da Organização Mundial de Saúde (OMS), Michael Ryan, declarou, em 03 de agosto de 2020, que a situação do Brasil na pandemia de Covid-19 continua a ser "muito preocupante"². Segundo a OMS é preciso trabalhar para suprimir a transmissão comunitária.

Em 4 de agosto de 2020 foi noticiado que casos diários de Covid-19 na Índia superaram Estados Unidos e Brasil³.

2.1.2 Testagem

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) informou em 31 de julho de 2020 que o Ministério possui testes estocados por falta de todo o equipamento para a análise. Segundo noticiado pelo Estadão⁴, são cerca de 9,8 milhões de testes parados por falta de insumos usados em laboratórios para processar amostras de pacientes. Questionado pela reportagem, o Ministério da Saúde afirmou que teve dificuldades para encontrar todos os insumos no mercado internacional, mas que está estabilizando a distribuição conforme recebe importações de fornecedores, sem informar quantos reagentes foram entregues.

Apenas um em cada três profissionais de saúde foi testado para covid-19, de acordo com levantamento divulgado em 30 de julho, pelo Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Embora as categorias da área estejam expostas, diariamente, a um alto risco de contágio da doença, somente metade dos funcionários recebeu equipamentos de proteção individual (EPI) para desenvolver suas atividades, no mês passado⁵.

2.1.3. Covid-19 entre indígenas

Dados do Ministério da Saúde revela que o número de indígenas contaminados com a Covid-19 triplicou em apenas um mês. O aumento de casos da doença em áreas indígenas revela a necessidade de reforço das ações de enfrentamento da Covid-19.

Em 5 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal – STF confirmou a ordem para que governo atue contra a covid-19 entre indígenas. O ministro Luís Roberto Barroso, determinou - no âmbito da ADPF 709 - que o governo federal adote

²<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/08/03/pandemia-de-covid-19-no-brasil-continua-preocupante-alerta-oms.ghtml>

³<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/08/04/casos-diarios-de-covid-19-na-india-superam-estados-unidos-e-brasil.ghtml>

⁴<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-da-saude-tem-9-8-milhoes-de-testes-parados-por-falta-de-insumos,70003380685>

⁵ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/penas-1-em-cada-3-profissionais-de-saude-foi-testado-para-covid-19>

uma série de medidas para conter o contágio e a mortalidade por Covid-19 entre a população indígena.

Entre essas medidas estão: planejamento com a participação das comunidades, ações para contenção de invasores em reservas e criação de barreiras sanitárias no caso de indígenas em isolamento (aqueles que por escolha própria decidiram não ter contato com a sociedade) ou contato recente (aqueles que têm baixa compreensão do idioma e costumes), acesso de todos os indígenas ao Subsistema Indígena de Saúde e elaboração de plano para enfrentamento e monitoramento da Covid-19⁶.

2.1.4. Transparência na pandemia

Em um ranking que avalia como os portais de transparência trazem informações sobre contratações emergenciais para o combate à pandemia de covid-19, o governo federal aparece atrás de todas as capitais e em penúltimo lugar na comparação com os estados. O levantamento foi feito pela Transparência Brasil nos portais dos 26 estados, do Distrito Federal, das capitais e da União⁷.

Segundo a análise da Transparência Brasil, pesou para a avaliação ruim do governo federal o fato de as informações disponíveis acerca de suas contratações emergenciais não apresentarem detalhamento suficiente e estarem dispersas em vários portais com características diferentes.

De acordo com os parâmetros fixados pelas Recomendações para Transparência de Contratações Emergenciais em Resposta à covid-19, da Transparência Internacional - Brasil e do Tribunal de Contas da União (TCU), e que embasaram a criação desse ranking, é preciso facilitar e agilizar ao máximo o controle social das compras emergenciais, e da mesma forma garantir a transparência por meio do provimento de informações claras, detalhadas e de fácil acesso, preferencialmente de forma centralizada.

2.2. ATIVIDADES IMPORTANTES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

2.2.1. Ministério da Saúde destina mais R\$ 15,7 milhões às Secretarias de Saúde

Os Estados e o Distrito Federal terão o reforço de mais R\$15,7 milhões para combater os impactos da Covid-19. O incentivo financeiro de custeio será liberado, em parcela única, e irá variar de acordo com o número de municípios na região. Para ter acesso ao novo recurso, os gestores terão que apresentar projeto com foco no aprimoramento das ações de gestão, planejamento e regionalização da saúde. O objetivo do Ministério da Saúde é apoiar a organização e a governança da Rede de Atenção à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47274-ministerio-da-saude-destina-mais-r-15-milhoes-as-secretarias-de-saude>

⁶<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=447103&ori=1>

⁷<https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/estados-e-municipios-sao-mais-transparentes-que-a-uniao-no-combate-a-covid-19/>

2.2.2. Governo Federal reforça enfrentamento à Covid-19 em Terras Indígenas Xavante

Mais uma ação interministerial vai reforçar o combate à Covid-19 em área indígena. Desta vez, os Ministérios da Saúde e da Defesa enviaram suprimentos médicos e assistência de saúde para as Terras Indígenas Xavante, no Mato Grosso.

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), está enviando 2,8 toneladas de medicamentos, testes rápidos para Covid-19 e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como toucas, luvas, aventais hospitalares e máscaras para abastecer a primeira fase da missão e os Polos Base do DSEI. “Com essa missão, a previsão é atender cerca de 20 mil pessoas”, destacou o Secretário Especial de Saúde Indígena, Robson Santos.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47267-governo-federal-reforca-enfretamento-a-covid-19-em-terras-indigenas-xavante>

2.2.3. Aplicativo Coronavírus-SUS vai alertar contatos próximos de pacientes com Covid-19:

Em 31 de julho de 2020, o Ministério da Saúde anunciou uma nova funcionalidade do aplicativo Coronavírus-SUS. O aplicativo vai alertar, pelo celular, em até 24 horas, sobre pessoas que testaram positivo para Covid-19 e estiveram próximas ao cidadão nos últimos 14 dias. O monitoramento da doença é importante para controle da doença e retomada segura das atividades. A tecnologia se chama “API ExposureNotification” e foi disponibilizada a partir de uma parceria entre o Ministério da Saúde, Google e Apple.

O Sistema de Notificações de Exposição foi construído para não expor a identidade dos usuários, como nome e localização, garantindo o máximo de segurança e privacidade de todos os dados. Essa ferramenta já está disponível para cerca de 10 milhões de dispositivos móveis que têm o aplicativo Coronavírus-SUS. E toda a população pode ter acesso ao aplicativo. As versões para Android (Google) e IOS (Apple) já estão disponíveis nas lojas de aplicativos no Play Store dos aparelhos.

Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47292-aplicativo-coronavirus-sus-vai-alertar-contatos-proximos-de-pacientes-com-covid-19>

2.3. PROPOSTAS

Ressalta-se o excelente trabalho do Ministério da Saúde, notadamente no diálogo com as Secretarias Estaduais de Saúde, o qual resultou no repasse de R\$ 15,7 milhões para o combate da pandemia.

Nesse contexto, a ampliação do sistema SIAFI, que poderia abarcar todos os níveis da federação (SIAFI-NACIONAL), mostra-se importante.

Não se desconhece o entendimento de que a verba federal repassada aos Estados passa a ser de competência deste último ente federativo. Porém, o que

se está a propor é, tão somente, a possibilidade de acompanhamento da destinação dos valores. Tudo em respeito ao Postulado da Transferência.

2.3.1. Acompanhamento da análise dos Vetos

Importante o acompanhamento da análise dos Vetos relacionados às proposições aprovadas pelo Congresso para o enfrentamento ou mitigação dos efeitos da pandemia da Covid-19. Em 4 de agosto de 2020 os Senadores de oposição criticaram o veto total ao Projeto de Lei n.º 1.826/2020 que cria indenização aos familiares de profissionais de saúde que atuaram no combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus e morreram em decorrência da Covid-19. A proposta também concedia o benefício para os profissionais que ficarem permanentemente incapacitados após a infecção.

2.3.2. Reformulação do Plano para enfrentamento e monitoramento da covid-19 entre os indígenas

Em audiência pública realizada nessa Comissão Mista da COVID-19, dia 6 de agosto de 2020, para debater as medidas de proteção adotadas pelo Governo Federal aos povos indígenas durante a pandemia, A Senadora Eliziane Gama cobrou posicionamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

O Diretor Rodrigo dos Santos Santana, do Departamento de Determinantes Ambientais da Saúde Indígena (DEAMB), em resposta, afirmou que o Governo Federal vai reformular os planos.

Segundo o Diretor: *“Nós já tivemos 14 agendas dentro desse plano de enfrentamento, com os participantes, impetrantes da ADPF. Hoje, inclusive, à tarde, temos uma agenda para apresentar o primeiro esboço do novo plano, considerando já as recomendações dos especialistas que a Apib nos indicou, bem como os representantes do Governo. Então, nós estamos reformulando, adequando para posterior homologação do Ministro Barroso e dos Ministros do STF”*⁸.

Propõe-se o acompanhamento dessa importante ação. O Brasil precisa compreender a importância da preservação de nossos povos indígenas. Com a morte de um indígena também perdemos parte de nossa história. A Covid-19 tem afetado, de forma mais severa, os mais velhos e, na cultura indígena, os anciões são os responsáveis pela preservação da língua tradicional, dos costumes e dos conhecimentos. Portanto, a interrupções desse ciclo natural de transmissão de conhecimentos, entre os povos indígenas, representa uma ruptura ainda maior na preservação de parte da História brasileira.

2.4. CONCLUSÃO

[/notas/r/9800](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/9800)

⁸ Notas Taquigráficas, 06/08/2020: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/>

O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus. Como sugestão, salienta-se a necessidade de ampliação do sistema SIAFI.

Apesar da supracitada atuação, destaca acima, em 5 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal – STF, no âmbito da ADPF 709, determinou que governo atue contra a covid-19 entre indígenas. Na decisão, o ministro Luís Roberto Barroso frisou que os índios, por razões históricas, culturais e sociais, são mais vulneráveis a doenças infectocontagiosas, apresentando taxa de mortalidade superior à média nacional.

3. Sub Relatoria Cidadania

No âmbito das ações do Ministério da Cidadania no contexto da pandemia de Covid-19, destaca-se a publicação, na última segunda-feira, 3 de agosto de 2020, da Portaria nº 453/2020, que divulgou o calendário de pagamentos do Auxílio Emergencial para novos aprovados e pessoas que tiveram o pagamento reavaliado. Segundo o Ministério, a medida beneficia 1,15 milhão de pessoas, que receberão o benefício inicialmente por intermédio de conta poupança digital da Caixa Econômica Federal. Acompanham a medida os calendários de pagamento para crédito em poupança digital e para os saques em espécie.

Cumpram-se também que o Requerimento nº 063/20 CN-Covid19, de autoria do Deputado Felício Laterça, que “Requer informações ao Sr. Ministro de Estado da Cidadania, no sentido de esclarecer esta Comissão sobre questões remanescentes da audiência pública e auxílios emergenciais indevidamente pagos”, e aprovado dia 20 de julho de 2020, ainda se encontrava pendente de encaminhamento ao Ministério.

4. Sub Relatoria Orçamento

4.1 Valores Autorizados e Execução Financeira

No orçamento da União, as despesas autorizadas para o combate à Covid-19 alcançaram R\$ 510,0 bilhões em 3/8/2020, com pagamentos acumulados de R\$ 274,3 bilhões (53,8% do autorizado), conforme retratado na Tabela 1 adiante, que informa os valores mensais acumulados por tipo de crédito.

Tabela 1 – Autorizações e execução financeira acumulada por tipo de crédito

	R\$ milhões						
TIPO DE CRÉDITO	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/20	AGO/2020*
Créditos Extraordinários							
Dotação	11,3	8.530,7	252.839,5	319.191,8	404.170,5	509.278,9	509.278,9
Pago	0,1	1.038,4	60.441,9	113.793,8	210.978,1	273.714,9	274.226,3
% Execução	1,2%	12,2%	23,9%	35,7%	52,2%	53,7%	53,8%
Créditos Iniciais							
Dotação	0,0	0,0	194,3	253,6	327,5	690,1	690,1
Pago	0,0	0,0	2,0	8,0	23,7	56,6	76,1
% Execução	0,0%	0,0%	1,0%	3,2%	7,2%	8,2%	11,0%
Total							
Dotação	11,3	8.530,7	253.033,8	319.445,5	404.498,0	509.968,9	509.969,0
Pago	0,1	1.038,4	60.443,8	113.801,8	211.001,8	273.771,5	274.302,4
% Execução	1,2%	12,2%	23,9%	35,6%	52,2%	53,7%	53,8%

* Data da última extração do SIAFI: 3/8/2020

Cabe registrar que, no 8º Boletim Semanal, o valor pago havia alcançado o total de R\$ 285,7 bilhões, montante superior, portanto, ao identificado nesta oportunidade, de R\$ 274,3 bilhões. A queda observada se deve, principalmente, à redução de R\$ 13,1 bilhões no valor pago relativo à concessão de financiamentos para o pagamento da folha salarial (ação 00S5) no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE). Até o 8º Boletim Semanal, haviam sido transferidos R\$ 17,0 bilhões ao BNDES, por meio dessa ação, para a execução do PESE. Já neste 9º Boletim, contata-se que esse valor foi reduzido para R\$ 3,9 bilhões.

Conforme salientado no 3º Boletim desta Comissão, de 17 de julho de 2020, o PESE de fato tem apresentado dificuldades operacionais no que tange à efetiva concessão de financiamentos aos beneficiários do programa. Nada obstante, a redução observada no valor pago da ação 00S5 merece ser conhecida em maiores detalhes, na medida em que o valor autorizado para o programa é de R\$ 17,0 bilhões. Ainda haveria espaço orçamentário, portanto, para a execução da ação. Quanto a esse quesito, é pertinente registrar que, em sua versão original, a MP 944, de 3 de abril de 2020, havia autorizado a transferência de R\$ 34,0 bilhões ao BNDES para a execução do PESE, valor este que, por sinal, ainda consta como dotação autorizada para a ação 00S5, conforme indicado na Tabela 2, a seguir. Após apreciação pelo Congresso Nacional, contudo, o referido valor foi reduzido para R\$ 17,0 bilhões no Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 29 de julho de 2020.

Também merece registro o fato de que o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória nº 938 na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2020. Assim, a proposição apresentada pelo Poder Executivo foi alterada com a ampliação do prazo do apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os recursos da ação 00S3 não serão restritos a apenas quatro meses, como originalmente proposto pelo Executivo, mas estarão disponíveis até novembro de 2020, desde que o total do apoio financeiro não supere R\$ 16 bilhões. O valor mensal do apoio financeiro será limitado a R\$ 4 bilhões, nos meses de março a junho de 2020, e R\$ 2,05 bilhões nos meses de julho a novembro de 2020.

Feitos esses esclarecimentos, a Tabela 2 detalha a execução financeira dos créditos extraordinários em nível de ações. Para essa análise, merece destaque, também, o fato de que a maior parte dos valores autorizados concentra-se no Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (ação 00S4), que conta com R\$ 254,2 bilhões autorizados, dos quais R\$ 167,4 bilhões (65,8%) haviam sido pagos até 3/8/2020.

Tabela 2 - Execução das ações abertas por créditos extraordinários

Ações orçamentárias	R\$ milhões		
	Autorizado	Pago*	% Executado
00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	254.240,0	167.415,3	65,8%
00S7 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	60.189,5	30.074,5	50,0%
21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641,6	18.629,9	36,1%
21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	44.785,8	21.766,8	48,6%
00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial / PESE	34.000,0	3.910,0	11,5%
00ED - Integralização de cotas do FGI / Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20.000,0	5.000,0	25,0%
00S3 - Auxílio Financeiro para Compensação dos Fundos de Participação	16.000,0	9.864,3	61,7%
00EE - Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) / Pronampe	15.900,0	15.900,0	100,0%
0454 - Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000,0	388,5	7,8%
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	3.037,6	369,3	12,2%
00S8 - Auxílio Financeiro ao Setor Cultural	3.000,0	0,0	0,0%
00NY - Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético	900,0	900,0	100,0%
20TP - Ativos Cíveis da União	320,1	7,7	2,4%
00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	160,0	0,0	0,0%
2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	43,1	0,0	0,0%
2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23,0	0,0	0,0%
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20,0	0,0	0,0%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18,1	0,0	0,0%
Total	509.278,9	274.226,3	53,8%

* Data da última extração do SIAFI: 3/8/2020